Perspectivas no consumo de alimentos básicos

Produtos como o arroz e o feijão, cujo consumo é generalizado, devem constituir um alvo permanente da política alimentar.

Entre os produtos que compõem a dieta básica da população brasileira, o arroz e o feijão assumem uma destacada importância, tanto em função do volume consumido anualmente quanto pelo alto valor nutricional que resulta da combinação destes dois alimentos.¹ A composição da cesta básica de alimentos certamente não é a mesma nas diversas regiões do país e nas distintas fases da renda. Entretanto, produtos cujo consumo é reconhecidamente generalizado, como o caso do arroz e do feijão, devem constituir um alvo permanente da política alimentar.

No entanto, a primeira grande dificuldade que se impõe no estabelecimento de tais programas é a espantosa escassez de informações quanto ao comportamento do consumo destes produtos.² Assim, falta séries históricas de observação direta do consumo, utilizando-se, em geral, estimativas de consumo aparente que em alguns casos se quer levam em conta a variação dos estoques. Com relação à demanda, não são bem conhecidos os mecanismos de substituição entre produtos induzidos por mudanças nos preços relativos, havendo também dificuldade em se avaliar os efeitos das variações de preço/renda sobre seus níveis de flutuação. Estudos sobre mudanças culturais e hábitos de consumo praticamente inexistem. Alguns autores apontam a urbanização como um fator a determinar mudanças nos hábitos de alimentação, favorecendo a compra de alguns produtos e desfavorecendo a de outros. Assim, o processo de urbanização, modernização e crescimento econômico das últimas décadas teria provocado alterações na cesta básica, que "passou a incorporar alimentos mais elaborados, a partir do beneficiamento e da transformação industrial dos produtos agrícolas, e, portanto, com maior valor agregado".³ Nesta mesma linha, o feijão tenderia a ser substituído por produtos de mais fácil preparo, pelo seu demorado processo de coçação. Isto explicaria, em parte, o consumo historicamente reduzido da leguminosa. Entretanto, em um dos raros estudos sobre o assunto, realizado pela extinta CFP no início da década de 80, constatou-se que, apesar da forte predominância do consumo urbano sobre o consumo rural e metropolitano do feijão, os testes estatísticos não permitiram afirmar a associação entre o aumento na taxa de urbanização e a redução no consumo de grãos e aumento no consumo de produtos industrializados. No caso do feijão, a explicação para a redução no seu consumo, no período estudado, não se relacionou a mudanças estruturais nos hábitos de compra, mas "às restrições impostas por safras escassas, preços elevados e suprimento incerto".⁴

Em geral, os estudos sobre demanda de alimentos básicos utilizam o Endef/IBGE como fonte.⁵ A base de informações do Endef são os dados censitários de 1975, o que torna precária qualquer análise sobre a realidade atual. Desta forma, torna-se complexa a tarefa de antever, por exemplo, qual será o impacto sobre o consumo do arroz e do feijão caso haja, de fato, algum ganho no poder de compra da população decorrente da implementação do presente plano de estabilização.

Vários fatores podem, no entanto, ser levados em conta. Tradicionalmente, considera-se que a demanda destes produtos tende a ser inelástica quando submetida a variações de renda ou preço. Em função disto, um aumento no preço destes produtos deprende a renda real do consumidor na medida em que ele tende a se ajustar à nova realidade de preços mantendo constante a quantidade consumida. Caso contrário, ou seja, houver uma queda nos preços e/ou ganho na renda real, este diferencial tende a ser deslocado para a aquisição de produtos com elasticidade-renda maior, carne bovina, por exemplo. Em outras palavras, o padrão de consumo alimentar se alteraria com o desenvolvimento econômico e à medida que as famílias passam de níveis mais baixos para níveis mais altos de renda, elas adquirem os padrões de consumo das famílias que lá já estão.⁶ Nesta graduação, produtos como arroz, feijão e mandioca perdem importância, ganhando ênfase carnes, leite e ovos. Por este raciocínio, portanto, um incremento na renda real da população, de um modo geral, tenderia a gerar uma pressão de demanda sobre aqueles produtos de maior elasticidade-renda e não implicaria aumento acentuado no consumo de produtos como o arroz e o feijão. Contudo, alguns pontos devem ser ainda considerados. Para uma grande parcela da população brasileira, notadamente a de menor poder aquisitivo, estes dois produtos constituem fonte nutricional básica, e é exatamente deste segmento que poderá partir um movimento de recomposição da demanda, caso ocorra realmente uma recuperação no poder aquisitivo. Deve-se ter em conta que, nos últimos anos, tem sido detectada uma diminuição na procura por estes produtos (sobretudo feijão, cuja oferta foi mais oscilante) que os agentes de mercado têm atribuído de forma unânime à crise social, ou seja, por
restrições de renda, a população reduziu de fato a aquisição de produtos conside
rados essenciais e de demanda tradicio
nalmente rígida. A grande questão, por
outro tanto, é conseguir prever, diante da pr
aceriedade das informações, em que proporção se dará esta resposta. Apenas
para ilustrar, estima-se que o consumo
per capita nacional destes produtos é ain
da muito inferior ao nível ideal estabeleci
do pela FAO/OMS, segundo dados da
Secretaria de Agricultura e Abastecimen
to do Estado de São Paulo. Este diferen
cial estaria situado, em anos recentes, em torno de 80% para o arroz e 126% para
o feijão.
Mas, de um modo geral, nem os órgãos
cardinados ao abastecimento nem o pró
prio mercado estão aguardando que a re
ação no consumo atinja uma magni
tude elevada. A Conab trabalha, ainda
para este ano, com uma expectativa de
expansão na demanda de arroz em torno
de 1 a 3% em relação aos níveis do ano
passado. Isto equivale, em média, a 230
mil t de arroz em casca. Oserealistas
de São Paulo, pratica formador de pre
cos no País, concordam com esta expecta
tiva e, como o arroz é mais facilmente
transacionado no mercado internacional,
não há maiores preocupações quanto à
possibilidade de o aumento na demanda
ser maior que o esperado. O mercado
internacional está bem abastecido e as
cotações externas estabilizadas, após um
decínio provocado pelo encerramento das
compras japonesas. Além disso, os esto
quios internos são bastante fartos. Para
o feijão, no entanto, os prognósticos não
estão consensuais. Enquanto a Conab
guarda um aumento de 4% na procura
dos produtos em 1994, os atacadistas não
acreditam que este aumento ultrapasse
1%. O quadro de suprimento da legu
minosa também está folgado e, se con
cretizadas as projeções da Conab, ainda
restará um estoque regulador de 450 mil
1, o equivalente a quase dois meses de
consumo. Não se esperam, portanto, sur
presas no abastecimento e nos preços
até o final do ano, o que é alentador, le
vando-se em conta as elevadas pondere
rações destes alimentos nos índices que
medem a inflação.

1 Do IBRE/CEA.
2 O feijão é predominantemente uma fonte de pro
teinhas (possui em média 25% de proteína bruta),
e enquanto o arroz é uma fonte calorética. O valor
nutritivo da proteína do feijão é, no entanto, baixo
quando utilizado como única fonte protéica. As
sim, a combinação da leguminosa com outros ali
ments compõe uma mistura de proteínas mais
nutritiva que o feijão sozinho. É interessante ob
servar o efeito complementar das proteinas de
feijão e de arroz: o feijão é pobre em aminoácidos
sulfurados e rico em isina, enquanto o arroz é
pobre em isina e relativamente rico em
aminocílicos sulfurados. Dos dois alimentos
combinados numa proporção adequada resulta
uma mistura de proteínas de mais alto valor biológico.

3 Maluf, R. S. O encarecimento dos alimentos no
Brasil. Conjugura Alimentos, Secretaria de Agri
cultura e Abastecimento do Estado de São Paulo,
4 Estudo do consumo de alimentos básicos no Bra
sil: resumo e conclusões finais. Brasilia, Comis
6 Homem de Melo, Fernando et alli. A questão da
produção e do abastecimento alimentar no Brasil.
em diagnóstico macro com cortes regionais. Org.
Maria Nazareth Aguiar. Brasilia. IPEA/IPLAN/PNUD;